

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2021

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2021.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

O primeiro Semestre de 2021 foi desafiador para economia tocantinense. O comércio foi impactado pelo cenário econômico vivenciado neste período de pandemia, o qual levou de forma considerável a necessidade de sobrevivência das empresas.

A Agência de Fomento tem adotado medidas que tem flexibilizado a tomada do crédito. Visando levar atendimento a todos os municípios, a Agência vem buscando a consolidação de parcerias juntos as prefeituras, associações comerciais e disponibilizando a equipe de prospecção para realização de atendimentos e consolidação de operações de crédito. Medidas com inserção de certidões, flexibilização na concessão de carências e prazos e análise com restritivos adquiridas em período da pandemia continuam sendo concedidos.

Compreendendo a dificuldade que alguns empresários dos municípios do interior do estado têm, em acessar uma operação de crédito, a Agência de Fomento em execução ao seu plano de ação tem ido até esse empresário, ofertando crédito de forma ágil e segura. Contribuindo para sobrevivência financeira da empresa como também para manutenção de empregos e geração de renda.

Algumas ações foram consolidadas neste semestre tais como:

- ✓ Programa de Crédito em parceria com ACIPA, criando condições diferenciadas para os associados da ACIPA-Palmas;
- ✓ Reestruturação do Programa de Financiamento aos taxistas e moto taxistas do Estado do Tocantins – PROGRAMA MOBILIDADE URBANA, com a finalidade de

conceder financiamento de capital fixo, para a aquisição de veículos e motos novas.

- ✓ Lançamento do **Programa Mulher Fomento**, uma linha que visa resgatar os empreendimentos, exclusivamente de mulheres empreendedoras, que foram afetados durante a crise causada pela Covid-19, além de impulsionar e manter o crescimento dos pequenos negócios;
- ✓ Lançamento do Programa Mais Leite - O Programa Crédito Popular direcionado, designado para atender a pequeno produtor de leite do Estado do Tocantins, na produção da bacia leiteira, com o objetivo de viabilizar recursos, nas modalidades de investimentos e custeio da produção;
- ✓ Prorrogação do Programa Mulher Fomento, proporcionando;
- ✓ Celebração de parceria com FINEP, recurso para inovação, pesquisas e tecnologia;
- ✓ Lançamento do programa Fomento Presente, ação desenvolvida para atender todos os municípios tocantinense;
- ✓ Celebração de parceria com ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gurupi, contemplando as empresas associadas;
- ✓ Participação na Agrotins, abordando os benefícios disponíveis na Fomento para o ramo da piscicultura;
- ✓ Parceria firmada com a FECOMÉRCIO lançando a linha “Crédito Fácil”, que irá contemplar os associados a federação.

O segundo semestre foi bem produtivo, com as parcerias firmadas e a execução do programa “Fomento Presente”, foi possível atender 29 municípios sendo contempladas as cidades de: Araguaína, Araguacema, Araguatins, Augustinópolis, Colinas do Tocantins, Divinópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Gurupi, Lajeado, Marianópolis, Mateiros, Miracema do Tocantins, Palmas, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional, Sítio Novo, Chapada da Natividade, Dianópolis, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Fátima, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins.

A Agência de Fomento através das suas ações tem alcançado o seu objetivo social e econômico. A pulverização do crédito tem sido o foco principal, fazendo com que mais empreendimentos sejam atendidos.

2.2– Operações de Crédito – Recurso Próprio

No primeiro semestre de 2021 foi liberado pela Agência de Fomento, em consonância com o governo do Estado um total de **R\$ 3.725 (mil)** em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos segmentos do Estado, impulsionando a economia na geração de receita e emprego, cumprindo seu papel de fomentar.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e junho/2021 foi registrado uma média de liberações de R\$ 20 (mil) por empreendedor. Do total de liberações, **20%** foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, **68,30%** para o Microcrédito, a fatia de **2%** foi destinado a linha mobilidade urbana, para o Profissional Liberal **4,70%** e **5%** para a linha de crédito Fomento Implantação.

2.3– Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

Nesse primeiro semestre de 2021 a taxa média de juros ficou em 1,73% a.m, considerado os critérios adotados pela Instituição para atender as empresas que apresentaram restrições financeiras no período que abrange a pandemia. O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 37 meses. Do montante de R\$ 3.725 (mil) foram liberados com carência, correspondendo a 100% das liberações de crédito.

2.4– Rating das Operações de Crédito

Em relação ao montante liberado das operações, 39% estão classificadas no nível de risco "A", 1% estão no nível de risco operacional "AA", 23% da fatia foram liberados com risco "B" e 37% das operações de crédito que foram liberadas estão classificadas inicialmente com o nível de risco "C".

2.5– Garantias das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia para o recurso próprio no semestre, **21%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações e, **79%** das operações de crédito, estão concentradas nas garantias Fidejussória.

2.6– Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR

Agência de Fomento através do recurso de terceiro - FUNGETUR, liberou neste primeiro semestre, um total de R\$ 855 (mil) em operações de crédito distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo o segmento de Turismo em todo Estado proporcionando melhorias aos mais impactados pela crise da COVID-19, com maior prazo de carência e taxa de juros de 5% a.a mais Selic.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e junho/2021 foi registrado uma média de liberações de **R\$ 78 (mil)** por empreendedor.

O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 50 meses. Do montante, de R\$ 855 (mil) foram liberados 100% com carência, de acordo com as regras do Fundo - FUGETUR

Das operações de crédito liberado com recursos de Terceiro/Fungetur, os **Rating** ficaram em, **84%** classificadas no nível de risco "**B**" e **16%** estão concentradas as operações de risco Operacional "**C**".

Quanto as garantias das operações de crédito com recursos de terceiros, **83%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) e **17%** das operações como garantias Fidejussória.

2.7- Operações de Crédito com Recursos do FDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

No primeiro semestre de 2021 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 953 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre, **Crédito Popular** e **Mais Leite** destinado como Crédito emergencial para MEI e pessoa física com atividade informal, atendendo os principais municípios do Estado proporcionando melhorias na receita desse público neste período sombrio provocado pela crise da COVID-19. Do montante analisados e liberados entre janeiro e junho/2021, foi registrado uma média de liberações de R\$ 4(mil) por operação.

O saldo da carteira ativa do FDES fechou em R\$ 4.984 (mil) e a Agência de Fomento obteve um receita de taxa de administração do fundo no valor R\$ 160 (mil).

2.8 - Análise de Crédito Geral

À Agência de Fomento em Consonância com o governo do Estado, vem buscando melhorias, cumprindo seu papel de fomentar todo o estado, através das suas ações visando impulsionar o acesso ao crédito, principalmente para os micros e pequenas empresas, que de forma brusca foram afetados pela Pandemia da COVID-19 e que ainda permeia sobre os empresários, e, de forma responsável e consciente, a Coordenadoria de Análise desta Agência analisa projetos e empreendimentos de forma ágil e segura, viabilizando a manutenção e geração de renda no comércio tocantinense.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

No 1º Semestre de 2021 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 14.637 (mil), superior aos R\$ R\$ 11.705 mil do 2.º Semestre de 2020 havendo um aumento de R\$ 2.932 (mil) sendo 25,% maior.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 1.044 (mil), sendo a média mensal de R\$ 174 (mil). Parte deste resultado se deu em virtude do aumento nas liberações efetivadas no 1º semestre de 2021, onde cada contrato liberado tem seu percentual de provisão conforme o *rating* que o cliente foi classificado. Como também de créditos inadimplentes que geram provisão por atrasos nos pagamentos.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 89 (mil), fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados e que, ao receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 254 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças sem êxito no recebimento, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 87 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 132 (mil). As renegociações também evidenciam a boa gestão do crédito, por se tratar de créditos que estavam ou poderiam ficar inadimplentes, bem como créditos baixados como prejuízo, que não apresentam perspectivas de recebimento, porém, ao renegociar, renovam-se as chances de recebimento das novas composições de dívida e também migram para a Carteira Ativa.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 359 (mil), vencidas até 90 dias R\$ 119 (mil), vencidas acima de 90 dias R\$ 229 (mil). Parcelas vincendas R\$ 13.930 (mil). Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$ 14.637 (mil).

Medidas Adotadas para mitigação do processo de cobrança e recuperação de crédito.

O processo de cobrança origina-se a partir de informações geradas no Relatório de Créditos Vencidos, referentes a parcelas vencidas e com pagamentos em atraso, que será distribuído aos integrantes da Gestão de Crédito.

Rotinas Adotadas:

A partir 1° dias atraso	Informar ao cliente via ligação e mensagens sobre o debito existente, solicitar uma previsão de regularização do mesmo.
A partir 21° dias atraso	Informar ao cliente que caso ele não regularize o debito será promovida a inscrição dos devedores, no SPC, no SERASA e Protesto.
A partir 31° dias atraso	solicitar ao cliente, aos avalistas e aos fiadores o pagamento do débito e relatando a próxima providência será o encaminhamento ao Departamento Jurídico.
A partir do 61°	A partir de então será encaminhado ao departamento Assessoria Jurídico para cobrança judicial.

Todos os clientes são informados sobre seu débito na Instituição através de ligações telefônicas, mensagens Whatsapp, carta cobrança com AR e citações judiciais, concedendo um prazo de 15 dias para se manifestar sobre o pagamento da dívida.

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas do semestre totalizaram R\$ 1.709 (mil) e as despesas R\$ 3.554 (mil), o resultado líquido acumulado do primeiro semestre de 2021 foi um prejuízo de R\$ 1.845 (mil), decorrente da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contratos em atraso e das novas liberações, enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitáveis.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 192 (mil). Ao final do semestre, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 15.603 (mil), estando R\$ 8.475 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 7.128 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 33.399 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 15.603 (mil), correspondente a 46%, carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 12.696 (mil), equivalentes a 38% e 16% sendo de outros ativos.

O Passivo Circulante somou R\$ 1.771 (mil), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o passivo exigível a longo prazo R\$ 9.631 (mil) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 21.997 (mil), tendo em sua composição R\$ 40.103 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 39.996 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 18.152 (mil) de prejuízo acumulado.

4.1 – CAPTAÇÃO DE: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS - 2021

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta, os Gestores da Instituição adotaram e estão adotando, as seguintes medidas para alavancar as linhas de créditos e aporte de capital.

- ✓ Em 2020 foi disponibilizado R\$ 10.000 mil destinado ao FDES para o Crédito Popular, foi utilizado deste recurso o montante de R\$ 4.500 (mil), em 2021 será utilizado o restante em novos programas a serem aprovados. A Fomento recebe taxa de administração de 0,60% e 0,50% sobre a carteira ativa, pela gestão do recurso.
- ✓ Foi captado no ano de 2019 o montante de R\$ 10.634 (mil), o recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, o valor disponível em conta, aproximado de R\$ 7.049 (mil), destinado aos empreendimentos de turismo do Estado do Tocantins. Disponível ainda aproximadamente R\$ 9.000 (mil) no MTUR para ser solicitado.
- ✓ Assinatura de contrato junto ao FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

4.2– AÇÕES QUE ESTÃO SENDO ADOTAS PELOS GESTORES - 2021

- a) Intensificamos ações junto ao BNDES e FNO para obtermos a condição de Agente Repassador dos recursos.
- b) Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação e projeto de visitas aos municípios após Covid-19;
- c) Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;
- d) Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior, através dos correspondente bancário com empresas de vários segmentos, aumentando a capilaridade de atendimento da Fomento. Hoje possui pontos externos de atendimento, sendo uma em Gurupi e outra em Araguaina, na sede do É Pra Já.
- e) Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;
- f) Requalificação do quadro de funcionários;
- g) Os bens dados em dação de pagamento e ou consolidação de dívidas, estão sendo comercializados através da venda direta, em 2020 foram comercializados 3 dos 7 imóveis e 2 imóveis estão com propostas de compra em andamento para análise;
- h) Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;
- i) Tomadas de contas;
- j) Novas políticas e critérios de análises de créditos;
- k) Continuidade de ajuizamentos das operações inadimplentes;
- l) Redução de despesas;
- m) Parcerias com Órgãos Estaduais, Federações e Associações Comerciais, voltado para o crescimento econômico.

- n) Foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração em Ata de Reunião realizada em 18 de junho de 2021, a realização da avaliação dos imóveis recebidos em dação de pagamentos por devedores da Agência, será realizado no 2º semestre 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse Primeiro Semestre e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada a diversas regiões e setores do território tocantinense. Dessa forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

6. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 20 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020

ATIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	(Reclassificado) 31/12/2020
CIRCULANTE		23.523	21.032
DISPONIBILIDADES	3.a	29	38
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	14.436	12.663
LIVRES		14.436	12.663
Cotas de Fundos de Investimento		8.475	12.663
Títulos de Renda Fixa - LFT		5.961	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.369	3.430
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	6.310	4.670
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(1.941)	(1.240)
OUTROS CRÉDITOS	4.3	1.745	42
OUTROS VALORES E BENS	4.4	2.944	4.859
Ativos não Financeiros Mantidos p/ Venda		2.874	4.893
(-) Prov. Desv. Ativos não Financeiros		-	(104)
Outros Bens		70	70
NÃO - CIRCULANTE		9.876	14.491
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.494	14.075
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		1.167	7.040
LIVRES		1.167	7.040
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	1.167	7.040
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	8.327	7.035
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.327	7.035
PERMANENTE		382	416
INVESTIMENTOS		1	1
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.5	368	400
Imobilizado de Uso		1.753	1.718
Depreciações Acumuladas		(1.385)	(1.318)
INTANGÍVEL - Líquido	4.5	13	15
Ativos Intangíveis		51	224
Amortizações Acumuladas		(38)	(209)
TOTAL DO ATIVO		33.399	35.523

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020

PASSIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.771	1.511
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	889	491
FUNGETUR		889	491
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	882	1.020
Cobranças e arrecadações		6	-
Fiscais e Previdenciárias		163	189
Diversas		713	831
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.631	10.170
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	9.631	10.170
FUNGETUR		9.631	10.170
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.997	23.842
CAPITAL	8.1	39.996	39.996
De Domiciliados no País		40.103	40.103
Ações Ordinárias		40.103	40.103
CAPITAL A REALIZAR (-)		(107)	(107)
Capital a Realizar (-)		(107)	(107)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(18.152)	(16.307)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.399	35.523

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Findos em 30 de junho 2021 e 2020

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	30/06/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.232	712
Operações de Crédito		1.040	576
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.1	192	136
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9	(962)	(185)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(955)	(452)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		87	296
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(94)	(29)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		270	527
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.115)	(2.065)
Receitas de Prestação de Serviços	10	284	68
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(1.455)	(1.368)
Outras Despesas Administrativas	12	(809)	(694)
Despesas provisões Passivas	13	(6)	-
Despesas Tributárias	14	(91)	(56)
Outras Receitas Operacionais	15	17	10
Outras Despesas Operacionais	16	(55)	(25)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.845)	(1.538)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.845)	(1.538)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.845)	(1.538)
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,308)	(0,256)
Valor Patrimonial da Ação		3,67	3,53

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Findos em 30 de junho 2021 e 2020

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	30/06/2020
RESULTADO LÍQUIDO	17	(1.845)	(1.538)
Outros resultados abrangetes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.845)	(1.538)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Findos em 30 de junho 2021 e 2020

Discriminação	Em R\$ mil			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			11.569
(-) Capital a Realizar	(4.269)			(4.269)
Capital Realizado	2			2
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302		(1.538)	(1.538)
Capital Realizado	4.200			4.200
Resultado do período			(1.515)	(1.515)
Ajuste de exercício anterior			(1)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
Resultado do período			(1.845)	(1.845)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	39.996	153	(18.152)	21.997
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(1.845)	(1.845)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Findos em 30 de junho 2021 e 2020
Metodo Indireto

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	
	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.163)	(1.928)
Prejuízo Líquido do semestre	(1.845)	(1.538)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:		
Depreciação e amortização	69	68
Prejuízo ajustado	(1.776)	(1.470)
Redução (aumento) de ativos	(2.108)	(6.001)
Redução (aumento) dos Titulos e Valores Mobiliários	(88)	(4.629)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(2.232)	(1.318)
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(1.703)	(62)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	1.915	8
Aumento (redução) de passivos	(279)	5.543
Aumento (redução) Obrigações por repasses do país	(141)	5.326
Aumento (redução) Outras Obrigações	(138)	217
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	7.302
Aumento de capital	-	7.302
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(34)	(26)
Aplicações no imobilizado	(34)	(26)
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	(4.197)	5.348
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do semestre	12.701	4.319
No fim do semestre	8.504	9.667
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.197)	5.348

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e CPC 41 – Resultado por ação - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao 1º semestre de 2021, foi dada pela Diretoria em 20 de julho de 2021.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, é realizada somente a divulgação em notas explicativas e para processos classificados como perdas remotas, não é requerido provisão ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2021 e 2020 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	30/06/2021		31/12/2020	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Títulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/09/2021	5.961	73	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	8.475	105	12.663	183
Total Circulante		14.436	178	12.663	183
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	-	-	5.888	95
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	1.167	14	1.152	13
Total Não Circulante		1.167	14	7.040	108
Total de Títulos e Valores Mobiliários		15.603	192	19.703	291

Os valores de R\$ 5.961 (mil) e R\$ 1.167 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 57 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 8.475 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 1,01% correspondente a 79% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	30/06/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.303	2.459	4.762	2.063	2.409	4.472
Microcrédito	3.116	3.283	6.399	2.124	2.322	4.446
Turismo	877	2.572	3.449	469	2.287	2.756
Indústria	14	13	27	14	17	31
Total	6.310	8.327	14.637	4.670	7.035	11.705

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	50	1	84	1
A	Até 14 dias	1.915	13	1.108	10
B	15 e 30 dias	3.795	26	3.950	34
C	31 e 60 dias	5.298	36	4.448	38
D	61 e 90 dias	1.179	8	740	6
E	91 e 120 dias	463	3	377	3
F	121 e 150 dias	676	5	157	1
G	151 e 180 dias	403	3	149	1
H	Acima de 180 dias	858	5	692	6
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		14.637	100	11.705	100

c) Composição vencidas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2021		31/12/2020	
	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Vencidas
AA	50	-	84	-
A	1.915	-	1.108	-
B	3.462	333	3.476	474
C	2.956	2.342	2.884	1.564
D	-	1.179	210	530
E	5	458	26	351
F	16	660	11	146
G	16	387	85	64
H	-	858	292	400
TOTAL	8.420	6.217	8.176	3.529

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2021		31/12/2020	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	50	-	84	-
A	0,5	1.915	9	1.108	6
B	1	3.795	38	3.950	40
C	3	5.298	159	4.448	133
D	10	1.179	118	740	74
E	30	463	139	377	113
F	50	676	338	157	78
G	70	403	282	149	104
H	100	858	858	692	692
TOTAL		14.637	1.941	11.705	1.240

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no Início do Período	1.240	1.078
Constituição da Provisão	1.044	1.233
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(254)	(744)
(-) Reversão de Provisão	(89)	(327)
Saldo no Fim do Período	1.941	1.240

f) Créditos renegociados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Renegociação	132	789

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no Início do Período	2.658	2.465
Créditos Baixados como Prejuízo	254	744
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(87)	(484)
(-) Descontos	32	(67)
Saldo no Fim do Período	2.857	2.658

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3- Outros Créditos

Rendas a Receber	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços prestados	111	39
Subtotal	111	39
Diversos	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento antecipações salariais	62	-
Adiantamento pagamento nossa conta	1	1
Devedores compra de valores e bens	1.560	-
Pagamento a ressarcir	11	2
Subtotal	1.634	3
Totais	1.745	42

Para o saldo dos "Devedores por Compra de Valores e Bens", no montante de R\$ 1.560 (mil), constante no quadro acima, é formado pelos recebíveis das vendas: a) Lotes de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², alienado em data de 05/02/2021; b) Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², alienado em data de 05/02/2021, transferido de "Ativos não Financeiros Mantidos p/Venda, quando da finalização dos registros, em data de 06/05/2021.

4.4 - Outros Valores e Bens:

	30/06/2021	(Reclassificado) 31/12/2020
OUTROS VALORES E BENS	2.944	4.859
<u>Ativos não Financeiros Mantidos p/ Venda</u>	2.874	4.893
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.011	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-304	-418
(-) Prov. Desv. Ativos não Financeiros	-	-104
Material em Estoque	68	66
Material consumo em Estoque	68	66
Despesas antecipadas	2	4
Prêmio Seguro	2	4

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). O Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R16-93.055 em 06/05/2021.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). Este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R17-93.056 em 06/05/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, coma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo

necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienada em data de 05/02/2021, aguardando a finalização dos registros em cartório – Vide nota 4.4.1.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.4, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4.1 Vendas de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda do Lote de terreno rural de parte dos Ativos não Financeiros Mantidos para Vendas, constantes na Nota Explicativa 4.4 acima, em data de 05 de fevereiro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2020 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 150 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, em conformidade com o quadro demonstrativo abaixo, corrigido de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor, gerando um ganho nominal de R\$ 47 (mil) na operação.

Lote terra área rural TO-010 KM 24-Faz. Landi, Palmas-TO

<u>Data da operação</u>		<u>05/02/2021</u>
		Valor
Valor bruto na negociação de venda		710
Valor contábil líquido	-	663
Outros Custos da operação de venda		-
VALOR LÍQUIDO DA OPERAÇÃO		47
Negociação financeira:		
Parcela inicial		150
Financiamento do saldo devedor:		
- Valor da parcela original		7
- Quant. De parcelas		80
Valor parcelado a ser corrigida pela SELIC		560
VALOR LÍQUIDO A RECEBER		710
VALOR LÍQUIDO RECEBIDO		21

Esse bem se encontra com pacto adjeto de alienação fiduciária a favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

O imóvel vendido ainda está registrado na conta 1.9.8.80.00.000 - ativos não financeiros mantidos para venda, aguardando a finalização dos registros em cartório.

4.5 – NÃO CIRCULANTE - Imobilizado e Intangível de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
em 31 de dezembro de 2020	350	1.159	209	1.718
Adições	0	34	0	34
(-) Baixas	0	0	0	0
em 30 de junho de 2021	<u>350</u>	<u>1.193</u>	<u>209</u>	<u>1.753</u>
Depreciação Acumulada				
Taxa de Depreciação anual	10%	10 e 20%	20%	
em 31 de dezembro de 2020	(189)	(930)	(199)	(1.318)
Depreciação Semestral	(18)	(39)	(10)	(66)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
em 30 de junho de 2021	<u>(206)</u>	<u>(969)</u>	<u>(209)</u>	<u>(1.384)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2021	144	224	0	368
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	161	229	10	400
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	179	255	25	459

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
em 31 de dezembro de 2020	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	(174)	(174)
em 30 de junho de 2020	<u>51</u>	<u>51</u>
Amortização Acumulada		
Taxa de Amortização anual	20%	
em 31 de dezembro de 2020	(209)	(209)
Amortização Semestral	(3)	(3)
(-) Baixas Amortizações	174	174
em 30 de junho de 2021	<u>(38)</u>	<u>(38)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2021	13	13
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	15	15
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	15	15

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2021 e 2020, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5- PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

INSTITUIÇÕES OFICIAIS DO PAÍS	30/06/2021	31/12/2020
FUNGETUR	10.520	10.661
Total	10.520	10.661
Circulante	889	491
Longo prazo	9.631	10.170

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 3.441 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	30/06/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	62	171	233	29	204	233
Fungetur Capital de Giro	809	2.031	2.840	435	2.079	2.514
Fungetur Obras Cíveis	-	368	368	-	-	-
Total	871	2.570	3.441	464	2.283	2.747

6- PASSIVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Cobranças e arrecadações	30/06/2021	31/12/2020
IOF a recolher	6	-
Subtotal	6	-
Fiscais e previdenciárias	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	10	5
Impostos e contribuições sobre salários	139	169
Outros impostos e contribuições	14	15
Subtotal	163	189
Diversas	30/06/2021	31/12/2020
Provisão despesas pessoal	295	154
Provisão outras despesas administrativas	94	54
Provisão de contingências (Nota 7)	46	128
Credores diversos no país	278	495
Subtotal	713	831
Totais	882	1.020

7 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o 1º semestre 2021 e 2020, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				30/06/2021	31/12/2020
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	-	40
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	9	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	-	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	-	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				46	128

8 - PATRIMONIO LÍQUIDO

8.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito em 30 de junho de 2021 é de R\$ 40.103 (mil) e integralizado é de 39.996 (mil), dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	39.862.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	39.995.688,18	107.117,52

9 - DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2021	30/06/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.044)	(539)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	89	87
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	87	296
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses (Nota 5)	(94)	(29)
Total	(962)	(185)

10 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30/06/2021	30/06/2020
Administração de Fundos Públicos	160	-
Outras taxas	124	68
Total	284	68

11 - DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL	30/06/2021	30/06/2020
Honorários de Diretores e Conselheiros	150	162
Benefícios	297	236
Encargos Sociais	288	290
Proventos	702	680
Treinamentos	1	-
Estagiários	17	-
Total	1.455	1.368

12 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	30/06/2021	30/06/2020
Água, energia e gás	37	35
Aluguéis	72	84
Comunicações	31	29
Manutenção e conservação de bens	74	79
Material de expediente	12	6
Processamento de dados	267	176
Propaganda e publicidade	-	-
Publicações	89	89
Seguro	4	4
Serviços sistema financeiro	54	43
Serviços de terceiros	2	1
Serviço de vigilância e segurança	4	4
Serviços técnicos especializados	19	15
Transportes	15	7
Viagens no país	25	18
Depreciações e amortizações	69	68
Outras despesas administrativas	35	36
Total	809	694

13 - PROVISÕES PASSIVAS

PROVISÕES PASSIVAS	30/06/2021	30/06/2020
Contingências cíveis	6	-
Total	6	-

14 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	30/06/2021	30/06/2020
ISS	14	4
COFINS	61	31
PIS	10	5
Outros	6	16
Total	91	56

15 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	12	9
Outras	5	1
Total	17	10

16 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2021	30/06/2020
Descontos concedidos	18	9
Outras	37	16
Total	55	25

17 - RESULTADO DO PERIODO

No 1º Semestre 2021 as receitas totalizaram R\$ 1.709 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo, apresentando um aumento de 45% sobre o mesmo período do semestre anterior e as despesas totais no valor de R\$ 3.554 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses, com um acréscimo de 31% em comparação com o semestre anterior, fechando o semestre com um prejuízo de 1.845 (mil).

18 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2021, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 9.339 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.623 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

20 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

22 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 37 funcionários, sendo 33 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva e 4 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

23 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – FDESTO.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2021, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 10.486 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% e 0.50% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

24 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência de Fomento, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação dos mesmos.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

24.1 - Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência de Fomento cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência de Fomento, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da Instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

24.2 - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com

alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência de Fomento busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

24.3 - Risco de Mercado

A Agência de Fomento controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade das operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

24.4 - Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela Coordenadoria de Risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência de Fomento busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e também minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

24.5 - Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

24.5.1 - Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

24.5.2 - Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

24.6 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

24.7 - Declaração de Appetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

24.8 - Risco Socioambiental

A Agência de Fomento estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Instituição. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

24.9 - Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

24.10 - Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência de Fomento e/ou que afetam as operações da Instituição.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Instituição mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

25. Eventos Subsequentes

A Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstrá-los neste momento. Isto posto, no nosso entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.

Palmas-TO, 20 de julho de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças

CRC TO 003075/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**
Palmas/TO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial do semestre findo em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto os efeitos que venha a ocorrer no assunto apontado no parágrafo, “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em conformidade com a nota 4.4, consta no ativo circulante – “Ativos não Financeiros mantidos para Venda”, o valor líquido de ajustes de R\$ 2.874 (mil), correspondentes a bens imóveis recebidos a título de dação em liquidação de empréstimos e financiamentos dentro das especificações da Circular Bacen nº. 909 e 1273. Parte desses bens (nota 4.4.1) foi negociado em venda direta por leilão, permanecendo ainda pendente de venda o valor líquido de R\$ 2.171 (mil). Esses bens imóveis restantes foram levados à leilões por várias tentativas, sem o devido êxito. Pela retração do mercado imobiliário os valores ofertados em leilões anteriores, denotam sinais evidentes de desvalorizações, havendo a necessidade de realização de novas avaliações para o reconhecimento e apuração de prováveis perdas no resultado do período (teste de “*impairment*”), fato não realizado pela Agência até a presente data, do qual afetará de igual forma e valor, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da Agência.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da **AGÊNCIA FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal (RN), 13 de agosto de 2021.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Responsável Técnico
Contador CRC/PE nº 9702 “T” RN

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020

ATIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	(Reclassificado) 31/12/2020
CIRCULANTE		23.523	21.032
DISPONIBILIDADES	3.a	29	38
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	14.436	12.663
LIVRES		14.436	12.663
Cotas de Fundos de Investimento		8.475	12.663
Títulos de Renda Fixa - LFT		5.961	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.369	3.430
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	6.310	4.670
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(1.941)	(1.240)
OUTROS CRÉDITOS	4.3	1.745	42
OUTROS VALORES E BENS	4.4	2.944	4.859
Ativos não Financeiros Mantidos p/ Venda		2.874	4.893
(-) Prov. Desv. Ativos não Financeiros		-	(104)
Outros Bens		70	70
NÃO - CIRCULANTE		9.876	14.491
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.494	14.075
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		1.167	7.040
LIVRES		1.167	7.040
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	1.167	7.040
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	8.327	7.035
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.327	7.035
PERMANENTE		382	416
INVESTIMENTOS		1	1
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.5	368	400
Imobilizado de Uso		1.753	1.718
Depreciações Acumuladas		(1.385)	(1.318)
INTANGÍVEL - Líquido	4.5	13	15
Ativos Intangíveis		51	224
Amortizações Acumuladas		(38)	(209)
TOTAL DO ATIVO		33.399	35.523

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020

PASSIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.771	1.511
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	889	491
FUNGETUR		889	491
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	882	1.020
Cobranças e arrecadações		6	-
Fiscais e Previdenciárias		163	189
Diversas		713	831
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.631	10.170
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	9.631	10.170
FUNGETUR		9.631	10.170
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.997	23.842
CAPITAL	8.1	39.996	39.996
De Domiciliados no País		40.103	40.103
Ações Ordinárias		40.103	40.103
CAPITAL A RELAZAR (-)		(107)	(107)
Capital a Realizar (-)		(107)	(107)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(18.152)	(16.307)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.399	35.523

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Findos em 30 de junho 2021 e 2020

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	30/06/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.232	712
Operações de Crédito		1.040	576
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.1	192	136
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9	(962)	(185)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(955)	(452)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		87	296
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(94)	(29)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		270	527
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.115)	(2.065)
Receitas de Prestação de Serviços	10	284	68
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(1.455)	(1.368)
Outras Despesas Administrativas	12	(809)	(694)
Despesas provisões Passivas	13	(6)	-
Despesas Tributárias	14	(91)	(56)
Outras Receitas Operacionais	15	17	10
Outras Despesas Operacionais	16	(55)	(25)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.845)	(1.538)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.845)	(1.538)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.845)	(1.538)
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,308)	(0,256)
Valor Patrimonial da Ação		3,67	3,53

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Findos em 30 de junho 2021 e 2020

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2021	30/06/2020
RESULTADO LÍQUIDO	17	(1.845)	(1.538)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.845)	(1.538)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Fimos em 30 de junho 2021 e 2020

Em R\$ mil

Discriminação	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			11.569
(-) Capital a Realizar	(4.269)			(4.269)
Capital Realizado	2			2
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302		(1.538)	(1.538)
Capital Realizado	4.200			4.200
Resultado do período			(1.515)	(1.515)
Ajuste de exercício anterior			(1)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
Resultado do período			(1.845)	(1.845)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	39.996	153	(18.152)	21.997
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(1.845)	(1.845)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Findos em 30 de junho 2021 e 2020
Metodo Indireto

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	
	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.163)	(1.928)
Prejuízo Líquido do semestre	(1.845)	(1.538)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:		
Depreciação e amortização	69	68
Prejuízo ajustado	(1.776)	(1.470)
Redução (aumento) de ativos	(2.108)	(6.001)
Redução (aumento) dos Titulos e Valores Mobiliários	(88)	(4.629)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(2.232)	(1.318)
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(1.703)	(62)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	1.915	8
Aumento (redução) de passivos	(279)	5.543
Aumento (redução) Obrigações por repasses do país	(141)	5.326
Aumento (redução) Outras Obrigações	(138)	217
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	7.302
Aumento de capital	-	7.302
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(34)	(26)
Aplicações no imobilizado	(34)	(26)
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	(4.197)	5.348
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do semestre	12.701	4.319
No fim do semestre	8.504	9.667
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.197)	5.348

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e CPC 41 – Resultado por ação - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao 1º semestre de 2021, foi dada pela Diretoria em 20 de julho de 2021.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, é realizada somente a divulgação em notas explicativas e para processos classificados como perdas remotas, não é requerido provisão ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2021 e 2020 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	30/06/2021		31/12/2020	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Títulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/09/2021	5.961	73	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	8.475	105	12.663	183
Total Circulante		14.436	178	12.663	183
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	-	-	5.888	95
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	1.167	14	1.152	13
Total Não Circulante		1.167	14	7.040	108
Total de Títulos e Valores Mobiliários		15.603	192	19.703	291

Os valores de R\$ 5.961 (mil) e R\$ 1.167 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 57 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 8.475 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 1,01% correspondente a 79% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	30/06/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.303	2.459	4.762	2.063	2.409	4.472
Microcrédito	3.116	3.283	6.399	2.124	2.322	4.446
Turismo	877	2.572	3.449	469	2.287	2.756
Indústria	14	13	27	14	17	31
Total	6.310	8.327	14.637	4.670	7.035	11.705

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	50	1	84	1
A	Até 14 dias	1.915	13	1.108	10
B	15 e 30 dias	3.795	26	3.950	34
C	31 e 60 dias	5.298	36	4.448	38
D	61 e 90 dias	1.179	8	740	6
E	91 e 120 dias	463	3	377	3
F	121 e 150 dias	676	5	157	1
G	151 e 180 dias	403	3	149	1
H	Acima de 180 dias	858	5	692	6
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		14.637	100	11.705	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2021		31/12/2020	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	50	-	84	-
A	1.915	-	1.108	-
B	3.462	333	3.476	474
C	2.956	2.342	2.884	1.564
D	-	1.179	210	530
E	5	458	26	351
F	16	660	11	146
G	16	387	85	64
H	-	858	292	400
TOTAL	8.420	6.217	8.176	3.529

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2021		31/12/2020	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	50	-	84	-
A	0,5	1.915	9	1.108	6
B	1	3.795	38	3.950	40
C	3	5.298	159	4.448	133
D	10	1.179	118	740	74
E	30	463	139	377	113
F	50	676	338	157	78
G	70	403	282	149	104
H	100	858	858	692	692
TOTAL		14.637	1.941	11.705	1.240

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no Início do Período	1.240	1.078
Constituição da Provisão	1.044	1.233
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(254)	(744)
(-) Reversão de Provisão	(89)	(327)
Saldo no Fim do Período	1.941	1.240

f) Créditos renegociados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Renegociação	132	789

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no Início do Período	2.658	2.465
Créditos Baixados como Prejuízo	254	744
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(87)	(484)
(-) Descontos	32	(67)
Saldo no Fim do Período	2.857	2.658

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 - Outros Créditos

Rendas a Receber	30/06/2021	31/12/2020
Serviços prestados	111	39
Subtotal	111	39
Diversos	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamento antecipações salariais	62	-
Adiantamento pagamento nossa conta	1	1
Devedores compra de valores e bens	1.560	-
Pagamento a ressarcir	11	2
Subtotal	1.634	3
Totais	1.745	42

Para o saldo dos “Devedores por Compra de Valores e Bens”, no montante de R\$ 1.560 (mil), constante no quadro acima, é formado pelos recebíveis das vendas: a) Lotes de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m2, alienado em data de 05/02/2021; b) Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m2, alienado em data de 05/02/2021, transferido de “Ativos não Financeiros Mantidos p/Venda, quando da finalização dos registros, em data de 06/05/2021.

4.4 - Outros Valores e Bens:

	30/06/2021	(Reclassificado) 31/12/2020
OUTROS VALORES E BENS	2.944	4.859
Ativos não Financeiros Mantidos p/ Venda	2.874	4.893
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.011	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-304	-418
(-) Prov. Devs. Ativos não Financeiros	-	-104
Material em Estoque	68	66
Material consumo em Estoque	68	66
Despesas antecipadas	2	4
Prêmio Seguro	2	4

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m2, e os outros 207,20 m2 constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m2, avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). O Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m2, foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R16-93.055 em 06/05/2021.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33,

conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em R\$ 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). Este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R17-93.056 em 06/05/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienada em data de 05/02/2021, aguardando a finalização dos registros em cartório – Vide nota 4.4.1.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.4, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4.1 Vendas de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda do Lote de terreno rural de parte dos Ativos não Financeiros Mantidos para Vendas, constantes na Nota Explicativa 4.4 acima, em data de 05 de fevereiro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2020 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 150 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, em conformidade com o quadro demonstrativo abaixo, corrigido de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor, gerando um ganho nominal de R\$ 47 (mil) na operação.

Lote terra área rural TO-010 KM 24-Faz. Landi, Palmas-TO	
Data da operação	<u>05/02/2021</u>
	Valor
Valor bruto na negociação de venda	710
Valor contábil líquido	-
Outros Custos da operação de venda	-
VALOR LÍQUIDO DA OPERAÇÃO	<u>47</u>
Negociação financeira:	
Parcela inicial	150
Financiamento do saldo devedor:	
- Valor da parcela original	7
- Quant. De parcelas	<u>80</u>
Valor parcelado a ser corrigida pela SELIC	560
VALOR LÍQUIDO A RECEBER	<u>710</u>
VALOR LÍQUIDO RECEBIDO	21

Esse bem se encontra com pacto adjeto de alienação fiduciária a favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

O imóvel vendido ainda está registrado na conta 1.9.8.80.00.000 - ativos não financeiros mantidos para venda, aguardando a finalização dos registros em cartório.

4.5 – NÃO CIRCULANTE - Imobilizado e Intangível de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	350	1.159	209	1.718
Adições	0	34	0	34
(-) Baixas	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2021</u>	<u>350</u>	<u>1.193</u>	<u>209</u>	<u>1.753</u>
Depreciação Acumulada				
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10 e 20%	20%	
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	(189)	(930)	(199)	(1.318)
Depreciação Semestral	(18)	(39)	(10)	(66)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2021</u>	<u>(206)</u>	<u>(969)</u>	<u>(209)</u>	<u>(1.384)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2021	144	224	0	368
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	161	229	10	400
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	179	255	25	459

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	(174)	(174)
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>51</u>	<u>51</u>
Amortização Acumulada		
<i>Taxa de Amortização anual</i>	20%	
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	(209)	(209)
Amortização Semestral	(3)	(3)
(-) Baixas Amortizações	174	174
<u>em 30 de junho de 2021</u>	<u>(38)</u>	<u>(38)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2021	13	13
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	15	15
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	15	15

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2021 e 2020, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5 - PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

INSTITUIÇÕES OFICIAIS DO PAÍS	30/06/2021	31/12/2020
FUNGETUR	10.520	10.661
Total	10.520	10.661
Circulante	889	491
Longo prazo	9.631	10.170

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 3.441 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	30/06/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	62	171	233	29	204	233
Fungetur Capital de Giro	809	2.031	2.840	435	2.079	2.514
Fungetur Obras Cívicas	-	368	368	-	-	-
Total	871	2.570	3.441	464	2.283	2.747

6 - PASSIVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Cobranças e arrecadações	30/06/2021	31/12/2020
IOF a recolher	6	-
Subtotal	6	-
Fiscais e previdenciárias	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	10	5
Impostos e contribuições sobre salários	139	169
Outros impostos e contribuições	14	15
Subtotal	163	189
Diversas	30/06/2021	31/12/2020
Provisão despesas pessoal	295	154
Provisão outras despesas administrativas	94	54
Provisão de contingências (Nota 7)	46	128
Cretores diversos no país	278	495
Subtotal	713	831
Totais	882	1.020

7 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o 1º semestre 2021 e 2020, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				30/06/2021	31/12/2020
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	-	40
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	9	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	-	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	-	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				46	128

8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 - Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito em 30 de junho de 2021 é de R\$ 40.103 (mil) e integralizado é de 39.996 (mil), dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	39.862.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	39.995.688,18	107.117,52

9 - DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2021	30/06/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.044)	(539)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	89	87
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	87	296
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses (Nota 5)	(94)	(29)
Total	(962)	(185)

10 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30/06/2021	30/06/2020
Administração de Fundos Públicos	160	-
Outras taxas	124	68
Total	284	68

11 - DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL	30/06/2021	30/06/2020
Honorários de Diretores e Conselheiros	150	162
Benefícios	297	236
Encargos Sociais	288	290
Proventos	702	680
Treinamentos	1	-
Estagiários	17	-
Total	1.455	1.368

12 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	30/06/2021	30/06/2020
Água, energia e gás	37	35
Aluguéis	72	84
Comunicações	31	29
Manutenção e conservação de bens	74	79
Material de expediente	12	6
Processamento de dados	267	176
Propaganda e publicidade	-	-
Publicações	89	89
Seguro	4	4
Serviços sistema financeiro	54	43
Serviços de terceiros	2	1
Serviço de vigilância e segurança	4	4
Serviços técnicos especializados	19	15
Transportes	15	7
Viagens no país	25	18
Depreciações e amortizações	69	68
Outras despesas administrativas	35	36
Total	809	694

13 - PROVISÕES PASSIVAS

PROVISÕES PASSIVAS	30/06/2021	30/06/2020
Contingências cíveis	6	-
Total	6	-

14 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	30/06/2021	30/06/2020
ISS	14	4
COFINS	61	31
PIS	10	5
Outros	6	16
Total	91	56

15 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	12	9
Outras	5	1
Total	17	10

16 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2021	30/06/2020
Descontos concedidos	18	9
Outras	37	16
Total	55	25

17 - RESULTADO DO PERÍODO

No 1º Semestre 2021 as receitas totalizaram R\$ 1.709 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo, apresentando um aumento de 45% sobre o mesmo período do semestre anterior e as despesas totais no valor de R\$ 3.554 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses, com um acréscimo de 31% em comparação com o semestre anterior, fechando o semestre com um prejuízo de 1.845 (mil).

18 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2021, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 9.339 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.623 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

20 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

22 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 37 funcionários, sendo 33 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva e 4 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

23 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2021, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 10.486 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% e 0.50% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

24 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência de Fomento, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação dos mesmos.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

24.1 - Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência de Fomento cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse íterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência de Fomento, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da Instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

24.2 - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência de Fomento busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

24.3 - Risco de Mercado

A Agência de Fomento controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade das operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

24.4 - Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela Coordenadoria de Risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência de Fomento busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e também minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

24.5 - Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

24.5.1 - Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

24.5.2 - Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

24.6 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

24.7 - Declaração de Appetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

24.8 - Risco Socioambiental

A Agência de Fomento estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Instituição. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

24.9 - Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

24.10 - Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência de Fomento e/ou que afetam as operações da Instituição.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Instituição mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstrá-los neste momento. Isto posto, no nosso entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 26 de agosto de 2021, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2021, findo em 30/06/2021, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do semestre. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 26 de agosto de 2021.”

JOSÉ PEDRO DIAS

LEITE

Presidente

FRANCISCO ALMEIDA

COSTA

Membro

BRUNO BARRETO

CESARINO

Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 30 de agosto de 2021, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2021, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do semestre e, assim, diante das peças apresentadas e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, seguindo a linha conclusiva dos relatórios apresentados entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 30 de agosto de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Presidente

CLERSON DALVANI REIS

Vice Presidente

ALESSANDRO DIVINO C. DA SILVA

Membro

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS

Membro

CLEOMAR ARRUDA SILVA

Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO

Membro